



PREFÁCIO

O número 37 da Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, lançado no final do ano de 2017, marca um aumento de qualidade da revista. Os autores publicados já vinham em um crescente qualitativo, e, agora, um novo patamar foi alcançado. Não é um cume, é mais um passo na busca por excelência acadêmica e colocação do periódico como veículo de produções com impacto no cenário nacional.

Há um conjunto de continuidades. Foi realizado um edital exigindo os critérios mais altos do Qualis para os artigos, assim como vinha ocorrendo anteriormente. Depois desse edital, duas centenas de avaliadores receberam os pedidos de avaliação e se dedicaram à revista voluntariamente, em um trabalho que hoje atinge todas as regiões do país e dezenas de instituições de ensino. A obediência aos critérios estabelecidos e à ética acadêmica continuaram.

Houve, também, avanços. O principal deles é havermos recebido mais de duzentos artigos pelo edital em apenas um mês. Para um número que selecionará apenas doze, é uma quantidade alta e que coloca os autores em um novo patamar de competição no periódico. Em função disso, o edital já vinha preparado para adequar esse grande interesse às regras do Qualis e, por isso, cerca de uma centena de artigos seguiram para a dupla avaliação cega. É uma quantidade não alcançada anteriormente – avaliar uma centena de trabalhos –, dados os exigentes requisitos impostos.

Assim, na presente publicação são apresentados autores que passaram por um alto grau de exigência em muitos critérios. Além das várias condições estabelecidas formalmente no edital, eles ainda foram selecionados considerando os pareceres dos avaliadores. Esses são utilizados para realizar a avaliação, mas também têm um peso grande na escolha de quais serão os publicados em um ambiente de tamanha concorrência.

Dentre os artigos que chegaram ao número, uma novidade nos alegra. Trata-se de submissão de dois pesquisadores africanos com etapas de sua formação no Brasil. Cumprindo o edital e todos os requisitos, um artigo de outro continente foi recebido e passou por esses difíceis caminhos de seleção. Ao fim, ele alcançou todos os requisitos necessários e está sendo publicado. Dessa forma, o





importante tema da violência contra albinos na África está sendo discutido na revista seguindo as vias do edital, o que amplia enormemente os horizontes do periódico.

Além dele, tratando de assuntos nas searas do Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito do Consumidor e Direitos Humanos, temos professores de sete universidade federais, UFCG, UFOP, UFPA, UFPR, UFRGS, UFRN, UNIFOR e ainda da FGV, FURB, IBMEC, PUC/RS, UEM, UniCesumar e Unisinos. Essa diversidade de instituições e regiões no Brasil, todas submetendo pelo edital, mostra a inserção do periódico em todo o país, além da referida participação da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique. É uma diversidade que enriquece a publicação e indica o alargamento do alcance da revista.

Dentre os autores convidados, temos três artigos traduzidos. O primeiro é do professor da Universidade da Califórnia, Máximo Langer, com um inovador trabalho sobre a expansão do processo penal acusatório na América Latina. O trabalho envolveu mais de uma centena de entrevistados de 19 países da região e dos Estados Unidos, em um trabalho com metodologia comparada e resultados relevantes para diversos ordenamentos jurídicos, inclusive o Brasil. O premiado trabalho, apresentado em português no periódico, é impactante na construção do Direito Penal e Processual Penal em todo o continente, dando uma perspectiva nova sobre o tema e sobre a atuação juristas de diversos países em um movimento comum de aprimoramento legal.

O segundo trabalho é sobre a atuação dos juízes no Novo Mundo após a incorporação das Índias à Coroa de Castela. As profundas diferenças de ambiente levaram ao estabelecimento de um modo particular de atuação, diferente da Europa, ligado às condições novas e à necessidade de pragmatismo, com novos meios de interpretação e compreensão dos juristas europeus medievais utilizados. O trabalho, apresentado pelo professor Thomas Duve, Diretor do Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte (Frankfurt am Main, Alemanha), é contribuição importante para História do Direito na América Latina.

O terceiro artigo de autor convidado, do professor Andreas Zajic, chefe da seção de Edição de Texto e Estudo de Fontes do Instituto para Pesquisa Medieval da Academia de Ciências da Áustria, é sobre a compreensão que pessoas da modernidade tinham sobre a tortura pré-moderna e como isso se refletiu na “supostamente” autêntica câmara de tortura do castelo de Pöggstall. Há foco especial em um “touro de bronze” listado no inventário do castelo desde 1548 e na compreensão que os proprietários posteriores, de tradições “humanistas”, tinham dele. O artigo, além de ajudar a montar um quadro de compreensão sobre a tortura, a punição e a história do Direito Penal, ainda contribui





com uma metodologia inovadora, voltada a objetos e à compreensão deles ao longo do tempo por meio de documentação e imagens. O trabalho foi traduzido do alemão pelo próprio autor, que publica agora uma versão inédita em inglês.

Por todos esses artigos e dados, esperamos estar lançando uma revista de qualidade e capaz de contribuir com as áreas estudadas. Agradecemos, como sempre, aos autores e avaliadores, que confiaram e depositaram seus esforços para que a revista fosse viabilizada. Desejamos uma boa leitura a todos!

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.

Prof. Dr. Carlos Silveira Noronha
Editor-chefe

Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores
Editor-adjunto

Prof. Dr. Gustavo Castagna Machado
Prof. Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Doutorando Kenny Sontag
Mestrando Pedro Prazeres Fraga Pereira
Bacharel Augusto Sperb Machado
Editores-Executivos

